

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ampliar limite do Simples custa R\$ 66 bi, calcula Receita..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara Superior do Carf nega isenção de IR sobre venda de terras ao Incra..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Isenção para estrangeiro entra na pauta..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo restringe créditos de PIS e Cofins sobre diesel..... 6

VALOR ONLINE - JURÍDICO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Greve de servidores adia julgamentos de R\$ 16,78 bilhões da Petrobras..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Fux confirma reajuste de 5% a servidores federais..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Governo condiciona trabalho remoto à "qualidade dos serviços"..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Quinquênio: Pacheco considera 'muito razoável' reajuste periódico..... 11

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto justo para mineração (Artigo)..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ilusão fiscal perto do fim? - SOLANGE SROUR..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Por mais racionalidade nas infrações tributárias - OPINIÃO JURÍDICA..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

A venda da Eletrobrase as contas de luz (Editorial)..... 16

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Ministros do STF veem ação como factoide..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Toffoli rejeita ação contra Moraes; Bolsonaro aciona PGR e mantém ofensiva..... 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Lira dá ultimato para que governo segure preço de energia elétrica..... 20

Quinta-Feira, 19 de Maio de 2022

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Dívida global atinge recorde de US\$ 305 tri 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Índice da Bolsa dos EUA tem maior queda em 2 anos, sob temor de inflação e recessão global
..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A democracia tem como se defender (Editorial) 26

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A urgência do auxílio aos mais vulneráveis (Editorial) 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O barato que sai caro (Editorial) 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Governo deve manter previsão de crescimento do PIB de 1,5% este ano 30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação no Reino Unido é de 9%, maior nível desde 1982 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Apesar de riscos, situação fiscal melhorou, diz IFI 32

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Ação é factóide para jogar suspeição sobrejuiz 33

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Crise da fome se agrava e exige iniciativa global (Editorial) 34

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

China e mais altas na gasolina vão levar inflação a 9,2%, diz XP 35

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Tiros na democracia e no próprio pé (Artigo) 36

Ampliar limite do Simples custa R\$ 66 bi, calcula Receita

Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Câmara Superior do Carf nega isenção de IR sobre venda de terras ao Incra

Por Bárbara Pombo - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Câmara Superior do **Carf** nega isenção de IR sobre venda de terras ao Incra

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Isenção para estrangeiro entra na pauta

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro - De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220?page=4§ion=3

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220?page=4§ion=3

Governo restringe créditos de PIS e Cofins sobre diesel

Por Beatriz Olivon - De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Greve de servidores adia julgamentos de R\$ 16,78 bilhões da Petrobras

Por Beatriz Olivon

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/greve-de-servidores-adia-julgamentos-de-r-1678-bilhoes-da-petrobras.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/greve-de-servidores-adia-julgamentos-de-r-1678-bilhoes-da-petrobras.ghtml>

Fux confirma reajuste de 5% a servidores federais



Fernanda Strickland Rosana Hessel

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, confirmou, na última terça-feira, durante reunião com dirigentes do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus-DF), que será concedido reajuste de 5% para todos os **servidores públicos** federais, inclusive para os do Poder Judiciário.

Segundo o sindicato, questionado pelos dirigentes sobre a forma como será implementado o aumento, o presidente do STF disse que o reajuste está previsto para julho e que se dará por meio de revisão geral anual de vencimentos, conforme disposto no artigo 37, inciso X, da Constituição. Nesse sentido, um projeto de lei será encaminhado ao Congresso pelo presidente da República.

Na semana passada, o presidente do STF enviou ofício à Casa Civil manifestando o interesse do Judiciário de ser contemplado na revisão geral de salários, com o reajuste de 5% aos servidores. "O impacto fiscal de um reajuste linear de 5% no Judiciário seria de R\$ 827,9 milhões em 2022, a partir de julho", disse, no documento.

No encontro com os sindicalistas, na terça-feira, Fux ainda destacou o esforço empreendido nas negociações para atender aos servidores do Judiciário, com a concessão do reajuste emergencial, e que compreende a necessidade de se trabalhar uma reestruturação da carreira, com a construção de um novo plano de cargos e salários que contemple os anseios da categoria. Destacou, ainda, que o atual

reajuste vai beneficiar os servidores e magistrados de um modo geral, mas, como não haverá revisão do teto salarial, os ministros e outros magistrados que já têm ganhos no limite não serão contemplados.

Durante a reunião, a diretoria do Sindjus-DF apresentou dados que comprovariam a necessidade de uma recomposição salarial urgente para os servidores do Poder Judiciário da União e do Ministério Público Federal, uma vez que esses servidores estão sem reajuste desde 2016.

Prazo O presidente Jair Bolsonaro (PL) vem tentando adiar o máximo possível a decisão sobre o aumento dos salários dos servidores, mas o prazo recomendado pela equipe econômica acaba nesta semana. O chefe do Executivo está cogitando dar um reajuste diferenciado para os policiais rodoviários federais, e isso tem preocupado os técnicos da equipe econômica, que precisam fechar os números no próximo relatório de avaliação de receitas e despesas, que será entregue na sexta-feira.

Como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que, para cada aumento de despesa é preciso uma receita equivalente, é possível que seja necessário um bloqueio superior a R\$ 10 bilhões no Orçamento para incluir os reajustes dos servidores em 5% e outros aumentos de recursos que foram aprovados pelo Congresso Nacional. Um deles é o projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados, em abril, que ampliou os subsídios do Plano Safra para R\$ 2,57 bilhões.

O governo reservou R\$ 1,7 bilhão no Orçamento deste ano para o reajuste dos policiais. No entanto, pelas estimativas da equipe econômica, o reajuste linear de 5% para todo o funcionalismo deverá custar R\$ 6,3 bilhões neste ano, se for concedido a partir de julho, e mais R\$ 12,6 bilhões em 2023. Descontando a reserva de R\$ 1,7 bilhão dos R\$ 6,3 bilhões previstos para o reajuste linear de 5%, ainda seriam necessários R\$ 4,6 bilhões em cortes de despesas.

Outro custo adicional é o da Emenda à Constituição que estabeleceu um piso salarial para os agentes comunitários pagos pela União. Prevista em R\$ 3,7 bilhões, essa despesa ainda não está prevista na peça orçamentária.

BB terá fundo de crédito de carbono

O presidente do Banco do Brasil (BB), Fausto Ribeiro, anunciou o lançamento de um fundo de investimento destinado a financiar projetos de crédito de carbono, com contribuição inicial da ordem de R\$ 2 milhões e meta de R\$ 50 milhões até o fim do ano. Em evento no Rio, o presidente do BB afirmou que o fundo apoiará projetos sustentáveis "e estará atrelado à variação de preços do mercado global de créditos de carbono, disponível a todos os clientes".

Governo condiciona trabalho remoto à "qualidade dos serviços"

O presidente Jair Bolsonaro editou decreto para permitir que **servidores públicos** trabalhem de casa, até mesmo do exterior, desde que cumpram metas.

A norma diz que, a partir de 1.º de julho deste ano, os órgãos poderão adotar programa de gestão que medirá o desempenho dos servidores a partir da "entrega por resultados" e da "qualidade dos serviços prestados à sociedade", e não mais a partir do ponto de frequência.

O modelo poderá ser adotado nas modalidades de trabalho presencial ou teletrabalho, e será aplicado a servidores efetivos, comissionados, empregados públicos em exercício na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, contratados por tempo determinado e estagiários.

O decreto não abrange os servidores militares. A instituição do modelo será autorizada pelo seu dirigente máximo, como o ministro de Estado, no caso dos ministérios, que dará o aval levando em consideração a "efetividade" e "a qualidade das entregas".

TELETRABALHO. O decreto traz regulamentação específica para o teletrabalho no serviço federal. A norma estabelece que a atividade remota dependerá de acordo mútuo entre o agente público e a administração; poderá ocorrer em regime de execução integral ou parcial; terá a estrutura necessária, física e tecnológica, custeada pelo agente público; e exigirá que o agente público permaneça disponível para contato, no período definido pela chefia imediata e observado o horário de funcionamento do órgão ou da entidade, por todos os meios de comunicação. A opção pelo teletrabalho não poderá implicar aumento de despesa para a administração pública federal, diz o texto.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Quinquênio: Pacheco considera 'muito razoável' reajuste periódico

CAMILA ZARUR

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Imposto justo para mineração (Artigo)

Raul Jungmann é diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - ON LINE - RJ
Imposto justo para mineração

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ilusão fiscal perto do fim? - SOLANGE SROUR

O setor público provavelmente registrará o segundo superávit primário consecutivo em 2022, depois de sete anos apresentando déficits; enquanto a dívida pública, que chegou perto de 90% do **PIB** em fevereiro de 2020, deve fechar o ano ao redor de 80% do **PIB**. A atual melhora da posição fiscal pode ser explicada pela manutenção do teto de gastos, pelo aumento da inflação e pelo desempenho positivo do **PIB**. Mas até quando esses fatores continuarão ajudando?

Sabemos que o teto de gastos está "ameaçado" de todos os lados. Apesar de ter cumprido seu papel, evitando que o aumento da receita fosse neutralizado pela alta correspondente do gasto, são poucos os políticos ou mesmo economistas que defendem sua permanência. É verdade que as flexibilizações promovidas pela emenda constitucional 114/21 diminuíram sua credibilidade como âncora fiscal. No entanto, quem se dispuser a fazer as contas descobrirá que o teto permanecerá factível nos próximos 2 ou 3 anos, se não prosperarem as pressões por novos subsídios, aumentos salariais e outras iniciativas direcionadas a setores específicos.

Infelizmente, os discursos de campanha indicam uma renúncia à âncora fiscal antes do término da consolidação fiscal, caminho mais fácil do que a revisão do processo de emendas ao Orçamento, a otimização do desenho dos benefícios sociais e avanços na reforma administrativa. Sob o argumento de necessidade de maior espaço para o investimento público, corremos um risco elevado de ter os gastos voltando a crescer a taxas acima do **PIB** como antes de 2016.

Pelo lado da inflação, espera-se que o Banco Central continue perseguindo o sistema de metas, ou seja, não poderemos contar com sua ajuda para o aumento da arrecadação (cerca de 40% da arrecadação é sobre faturamento nominal de empresas ou de impostos indiretos sobre produtos e sobre, portanto, com a alta do nível de preços) e para a queda da relação dívida/**PIB** - cujo denominador é afetado pela alta do deflator do **PIB**.

A inflação como mecanismo de financiamento oculto - via imposto inflacionário- ou como meio de melhorar as estatísticas de **PIB** não impede que a realidade se imponha mais cedo ou mais tarde. Com a alta da inflação, as despesas não indexadas acabam sendo

reajustadas (com o tempo, as demandas por reajustes aparecem), e a despesa com juros aumenta significativamente.

O custo efetivo dos títulos público indexados à inflação (NTN-B) nos últimos 12 meses foi de 16,2%, próximo ao pico histórico de 16,8%, em 2016. Desde janeiro de 2021, as projeções para gasto com juros entre 2022 e 2024 aumentaram em cerca de R\$ 400 bilhões (quase dez vezes o custo anual do antigo Bolsa Família). Já os juros das novas emissões da dívida pública subiram de 4,7% em janeiro de 2021 para 10,5% em março de 2022 e devem continuar altos, dada a expectativa de que a política monetária terá de ficar restritiva por um bom tempo.

Assim como a inflação, o desempenho positivo do **PIB** -puxado por fatores não recorrentes, como abertura do setor de serviços, antecipação do abono salarial, saques do FGTS e a alta de commodities- também deve ter vida curta. Daqui para a frente, os impactos das altas de juros e o aperto das condições financeiras causarão uma desaceleração do crescimento. Isso sem contar com a provável redução do crescimento global.

Não devemos olhar uma foto bonita sem pensar no futuro. Ajustes duradouros só são possíveis por meio de reformas que reduzam o crescimento das despesas obrigatórias e aumentem a discricionariedade do gasto. No contexto de inflação elevada, cabe à política fiscal o papel de estabilizar expectativas e ajudar no controle da inflação. Não é ao que temos assistido, com inúmeros imprevistos para controlar a inflação e impulsionar o crescimento (como as recentes reduções de impostos) e um deserto de propostas para alguma nova regra fiscal.

A questão central para os próximos anos não é um eventual ajuste fiscal de curto prazo. Se a trajetória de aumento das despesas obrigatórias não for revertida e a produtividade não aumentar, continuaremos sendo um país de baixa renda per capita, recorrente pressão inflacionária, juros altos e necessidade de aumento contínuo da carga tributária para evitar a percepção de insolvência imediata. Toda e qualquer ilusão fiscal é boa enquanto dura.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

16&anchor=6456187&pd=4b972c25a87e50f1ffcca28fd971
ddac

Por mais racionalidade nas infrações tributárias - OPINIÃO JURÍDICA

Julio de Oliveira e Maria Andréia Ferreira dos S. Santos são, respectivamente, coordenador executivo do Projeto NEF - Infrações Século XXI da FGV Direito; e pesquisadora do Projeto NEF - Infrações Século XXI da FGV Direito

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

A venda da Eletrobrase as contas de luz (Editorial)

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o processo de privatização da Eletrobras. A venda da maior empresa de energia da América Latina vinha se arrastando há meses, envolta em muitas dúvidas sobre a legitimidade da operação. Agora, a principal missão do governo será convencer os investidores de que assumir o controle acionário da companhia é um bom negócio. Será de grande valia também mostrar para a sociedade que benefícios ela terá com a transferência da empresa à iniciativa privada. A redução das tarifas de eletricidade não pode ficar na promessa.

É importante ressaltar que, durante a tramitação do projeto de privatização da Eletrobras no Congresso, vários jabutis foram inseridos, o mais relevante deles, a obrigatoriedade de que os futuros donos da empresa contratem uma série de termelétricas movidas a gás. O problema é que essas térmicas serão instaladas em áreas remotas, sem nenhuma infraestrutura e sem gasodutos para abastecê-las. Os investimentos necessários para essas usinas são de R\$ 100 bilhões até 2030. Não há dúvidas de que esse custo será repassado para as contas de luz. Ou seja, se, num primeiro momento, as tarifas podem cair, ao longo do tempo, os consumidores serão punidos com reajustes seguidos.

Dentro do governo e entre os donos do dinheiro há apreensão quanto ao prazo para a desestatização da Eletrobras. Muitos dão como limite o mês de agosto, quando começará oficialmente a campanha eleitoral. Teme-se que a tensão em torno da disputa pela Presidência da República acabe sendo um grande obstáculo para a concretização do leilão de venda. Os investidores, todos sabem, andam muito arredios em relação ao Brasil, sobretudo por causa dos ataques às instituições democráticas. O medo é tanto que, neste ano, não houve nenhum lançamento de ações na Bolsa de Valores de São Paulo.

Um negócio do tamanho da privatização da Eletrobras, que pode movimentar pelo menos R\$ 70 bilhões, segundo as estimativas do Ministério da Economia, requer um clima político e econômico de tranquilidade. É tudo o que o Brasil não tem hoje. O país sofre com uma forte radicalização, que alimenta a desconfiança e, por tabela, a **inflação**, forçando o Banco Central a aumentar as taxas de juros. Nesse ambiente nada amigável para o capital, a frustração pode ser grande

para o governo, que, até agora, não conseguiu desestatizar nenhuma empresa de grande porte.

O discurso do ministro Paulo Guedes em defesa da privatização da Eletrobras é o de que a operação mobilizará recursos para diversificar a matriz energética do país, tornando a geração mais limpa, além de recuperar bacias hidrográficas e garantir mais dinheiro até para a energia nuclear. Ele ressalta, ainda, que, nas mãos do setor privado, a empresa terá capacidade de investimento anual de R\$ 15 bilhões. Atualmente, os desembolsos não passam de R\$ 3,5 bilhões por ano, volume insuficiente para garantir a infraestrutura existente.

Daqui por diante, a população deve acompanhar com lupa a desestatização da Eletrobras. No único voto contrário ao negócio no TCU, o ministro Vital do Rêgo fez uma série de advertências sobre o projeto. Portanto, é fundamental ficar de olho para que surpresas negativas não apareçam no meio do caminho. Há detalhes demais no negócio, que precisam de transparência e debate. Xerife do mercado de capitais do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) terá de cancelar a venda da companhia, assim como a sua congênere nos Estados Unidos, a Securities Exchange Commission (SEC). Ainda há tempo de se evitar um mau negócio para o país.

Ministros do STF veem ação como factóide

Julia Chaib Brasília

Integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal) viram na ação que Jair Bolsonaro (PL) apresentou contra o ministro do tribunal Alexandre de Moraes mais uma tentativa do presidente de desviar o foco de problemas do governo, entre eles o avanço da inflação e a alta dos combustíveis.

Membros da corte avaliaram que a ofensiva judicial é um factóide para a militância.

Bolsonaro entrou com notícia-crime no STF alegando "abuso de autoridade" de Moraes. Nesta quarta-feira (18), o ministro Dias Toffoli negou dar prosseguimento ao caso.

Para ministros do Supremo e interlocutores, a maioria dos magistrados é favorável ao arquivamento da ação. O fato de a notícia-crime ter ficado sob a relatoria de Toffoli, responsável por abrir o inquérito das fake news em 2019, enquanto presidente do STF agilizou o encerramento do tema.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que a iniciativa de Bolsonaro era "mais um episódio de anormalidade institucional", mas que o assunto estava resolvido, evitando confronto direto com o mandatário, alegando que a iniciativa está dentro dos limites constitucionais.

"Eu vejo que há um direito constitucional, que é o direito de petição, de deduzir pretensões perante o Judiciário. É uma notícia-crime submetida ao Supremo e parece que hoje já houve decisão do ministro Dias Toffoli, julgando improcedente já avançando pelo mérito", afirmou Pacheco.

"[Foi] mais um episódio de anormalidade institucional que a gente busca corrigir e é muito importante que se corrija e que as instituições e os membros dessas instituições possam se respeitar. Mas obviamente que aquilo que estiver dentro dos limites constitucionais, do direito de pedir e do direito de um Poder ou instituição negar, isso está dentro também da normalidade", completou.

Na petição, Bolsonaro alegou que Moraes teria cometido crime ao postergar o prazo de encerramento do inquérito das fake news, ainda em vigor.

Toffoli recusou a argumentação dizendo que o pedido do presidente não traz "indícios, ainda que mínimos,

de materialidade delitiva, não havendo nenhuma possibilidade de enquadrar as condutas imputadas em qualquer das figuras típicas apontadas".

Após entrar com a ação, na terça (17), Bolsonaro enviou mensagem a aliados afirmando que adotou a medida devido à postura de Moraes de "desrespeito à Constituição e ao desprezo aos direitos e garantias fundamentais".

O texto foi divulgado nas redes sociais por aliados que integram a base mais fiel e considerada radical do mandatário.

A avaliação de Toffoli, de que falta justa causa à notícia-crime, é compartilhada por ministros de tribunais superiores.

A avaliação no STF e no STJ (Superior Tribunal de Justiça) é que Bolsonaro tenta desviar o foco de problemas econômicos e inflar a base de apoiadores, às vésperas da eleição.

Bolsonaro também procura uma saída para minimizar os impactos da alta dos combustíveis no bolso do consumidor e tem tido dificuldade de encontrar uma solução.

O presidente trava embate com Moraes desde o ano passado. Além de já ter feito críticas públicas ao magistrado, chegou a apresentar pedido de impeachment contra o ministro no Senado -arquivado por Rodrigo Pacheco.

A formalização do pedido de impeachment ocorreu em agosto passado, no dia em que a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do cantor Sérgio Reis e do deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), aliados do presidente.

Nesta quarta, ao rejeitar a ação de Bolsonaro contra Moraes, Toffoli alegou que o fato de o ministro ser relator do inquérito das fake news "não é motivo para se concluir que teria algum interesse, tratando-se de regular exercício da jurisdição".

Além da investigação sobre disparo de notícias falsas, Moraes e o relator de inquérito que apura o vazamento de dados sigilosos por Bolsonaro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49916>

Toffoli rejeita ação contra Moraes; Bolsonaro aciona PGR e mantém ofensiva



Ministro Dias Toffoli, em sessão plenária no STF Nelson A. - 10 Jun 20/STF

**José Marques, Marcelo Rocha e Matheus Teixeira
brasil**

O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou nesta quarta-feira (18) dar prosseguimento à ação do presidente Jair Bolsonaro (PL) contra o ministro Alexandre de Moraes sob alegação de abuso de autoridade.

Toffoli disse que os fatos descritos "não trazem indícios, ainda que mínimos, de materialidade delitiva, não havendo nenhuma possibilidade de enquadrar as condutas imputadas em qualquer das figuras típicas apontadas".

A decisão do ministro do STF foi seguida de nova investida de Bolsonaro em meio ao tensionamento entre os Poderes.

O presidente apresentou uma representação contra Moraes na PGR (Procuradoria-Geral da República), em ação similar à rejeitada por Toffoli.

Com isso, Bolsonaro obrigará o órgão comandado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, a se manifestar sobre o assunto. A PGR não foi consultada previamente por Toffoli sobre as alegações do presidente.

Moraes é relator de inquéritos que têm como alvo Bolsonaro e seus aliados. O presidente afirma que o magistrado tem realizado ataques à democracia e

desrespeitado direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição.

Nas últimas semanas, Bolsonaro fez diversas insinuações golpistas em relação ao sistema eleitoral brasileiro, enquanto ministros do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e do Supremo deram respostas duras às ilações do chefe do Executivo.

Ao negar o prosseguimento da "notícia-crime" apresentada no dia anterior por Bolsonaro contra Moraes, Toffoli disse que o simples fato de o ministro do STF ser relator de inquérito sobre o presidente "não é motivo para se concluir que teria algum interesse específico, tratando-se de regular exercício da jurisdição".

A decisão de Toffoli foi enviada para ciência do gabinete da vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, uma das principais auxiliares de Aras.

O processo agora rejeitado no STF deverá ser usado politicamente por Bolsonaro, que tem feito ataques reiterados ao Supremo.

Para embasar as críticas a Moraes, o presidente cita, em texto que enviou a correligionários, a "injustificada investigação no inquérito das fake news, quer pelo seu exagerado prazo quer pela ausência de fato ilícito".

"Mesmo após a PF ter concluído que o presidente da República não cometeu crime em sua live, sobre as umas eletrônicas, o ministro insiste em mantê-lo como investigado", diz o texto.

Bolsonaro também afirma que Moraes decretou "contra investigados medidas não previstas no Código de Processo Penal, contrariando o Marco Civil da Internet". E diz ainda que o inquérito das fake news "não respeita o contraditório" e não permite que advogados tenham acesso aos autos.

Em sua decisão, Toffoli destacou que recursos contra atos praticados por ministros do Supremo nos inquéritos ou nas ações penais são apreciados pelos 11 integrantes da corte.

De acordo com ele, o colegiado de ministros "já teve a oportunidade de se debruçar sobre algumas das questões aqui ventiladas, não se podendo admitir que

a "notícia-crime" seja utilizada como sucedâneo de recurso ou como maneira de se ressuscitar questões já apreciadas e sedimentadas por esta Suprema Corte".

Na manhã desta quarta, tanto o presidente do Supremo, Luiz Fux, quanto o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Edson Fachin, já haviam defendido Moraes.

Fux disse que o inquérito que investiga Bolsonaro está em "ótimas mãos" sob a condução de Moraes.

Ele criticou o que chama de "ataques gratuitos" à corte e disse que o Supremo "não sai da sua cadeira" para julgar questões políticas ou morais.

"A judicialização da política nada mais é do que os políticos provocando a judicialização", disse. "A criminalização da política é o Supremo instado a decidir crimes praticados por políticos." Fachin, que discursou logo após Fux, dirigiu a Moraes "palavra de reconhecimento e de respeito, por ser, como devem ser os juízes, intimorato a quaisquer atos ou ataques".

"Meus cumprimentos, ministro Alexandre de Moraes, pela vossa dedicação à causa pública e às causas da verdadeira república", acrescentou Fachin.

Bolsonaro já havia apresentado um pedido de impeachment contra Moraes no Senado Federal. O presidente da Casa legislativa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), arquivou o pedido de impeachment sem submetê-lo ao plenário.

Na ocasião, o chefe do Executivo também havia solicitado o afastamento de Moraes de qualquer função pública por oito anos.

A formalização do pedido de impeachment ocorreu em agosto do ano passado, no dia em que a Polícia Federal cumpriu mandados de busca e apreensão em endereços do cantor Sérgio Reis e do deputado Otoni de Paula (PSC-RJ), aliados do presidente.

Segundo pessoas do entorno de Bolsonaro, as ofensivas do presidente contra Moraes, no campo político e jurídico, devem continuar. Em especial, porque isso agrega sua base de apoiadores e evita destaque a problemas que o governo não tem conseguido contornar, como a alta inflação.

Segundo auxiliares, ele deve seguir atacando Moraes, mas "dentro das quatro linhas da Constituição", como gosta de dizer o próprio presidente. Por isso, diz um interlocutor, que ele não publicou em suas redes sociais, nem seus filhos, como de hábito.

A medida pegou integrantes do primeiro escalão do governo e da campanha de surpresa. O advogado que protocolou as ações, Eduardo Reis Magalhães, é também desconhecido em Brasília.

INQUÉRITO ESTÁ EM ÓTIMAS MÃOS, DIZ FUX

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, disse nesta quarta (18) que o inquérito que investiga o presidente Jair Bolsonaro (PL) está em "ótimas mãos" sob condução do ministro Alexandre de Moraes. Fux fez o discurso um dia após Bolsonaro apresentar ação contra Moraes sob alegação de abuso de autoridade e que, nesta quarta, foi rejeitada pelo ministro Dias Toffoli. Ao lado do presidente da corte, no mesmo evento, estava o próprio Moraes. A atuação de Moraes também foi elogiada pelo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Edson Fachin.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49916>

Lira dá ultimato para que governo segure preço de energia elétrica

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu um ultimato para que o governo federal encontre uma solução para o aumento nas tarifas de energia. Caso contrário, disse, a Câmara votará um projeto suspendendo os reajustes.

Lira se reuniu nesta quarta (18) com o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, representantes da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e deputados federais para discutir a questão.

"Sachsida saiu daqui com a incumbência de se reunir com distribuidoras, Aneel e parlamentares para discutir uma saída equilibrada", disse Lira em pronunciamento após a reunião.

"Apesar de ser contratual, [o reajuste] pode ser minimizado", acrescentou. Agora, prosseguiu Lira, a Câmara espera uma resposta "em um prazo bastante curto". Caso contrário, a solução poderá vir do plenário da Câmara, concluiu.

Durante a reunião, Sachsida apresentou algumas alternativas, como utilizar os recursos da capitalização da Eletrobras e a antecipação da devolução do PIS/Cofins e ICMS cobrado indevidamente das contas de luz.

Além disso, o ministro demonstrou cautela com a possibilidade de quebra de contratos representada pelo projeto que susta reajustes, o que poderia aumentar a insegurança jurídica no país. Ele indicou que a margem para minimizar os aumentos é pequena, de 2% a 3%.

Lira e os líderes consideraram a faixa insuficiente e pediram uma solução para Sachsida, que acenou com uma reunião com as distribuidoras para discutir a questão.

Para os deputados, o prazo do governo é a próxima terça (24), quando ocorrerá uma reunião de Lira com os líderes partidários.

"Caso essa solução não chegue, o Congresso estará pronto para votar o decreto", disse o deputado Domingo Neto (PSD-CE), autor do projeto que suspende o aumento na tarifa de energia no Ceará.

O projeto é a solução apresentada pela Câmara para

impedir o aumento. Até agora, ele contempla apenas o Ceará, cuja tarifa foi reajustada em 24%. Nada impede, entretanto, que a medida seja generalizada quando o texto for pautado para votação. A alta do preço de energia é um assunto sensível diante da **inflação** em alta em ano eleitoral.

Entre os reajustes já divulgados, o Nordeste é a região que teve os maiores aumentos. Depois dos reajustes no Ceará, estão os da Coelba, da Bahia (com 2i%), e da Cosem, do Rio Grande do Norte (com 20%). Para a região como um todo, o reajuste será de 17%.

Além da pressão via decreto que suspende os reajustes, a Câmara também já aprovou convites para ouvir Sachsida. As comissões de Fiscalização Financeira e Controle e a de Minas e Energia querem ouvir o ministro sobre a proposta em estudo para privatização da Petrobras e sobre a política de preços da estatal para combustíveis.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49916&anchor=6456187&pd=4b972c25a87e50f1ffcca28fd971ddac>

Dívida global atinge recorde de US\$ 305 tri

Fernando Canzian

Pressionada nos últimos dois anos por gastos relacionados à pandemia, a dívida global de governos, empresas, bancos e famílias atingiu no primeiro trimestre de 2022 o maior patamar de todos os tempos em dólares: US\$ 305,3 trilhões.

O recorde se dá ao fim de uma década em que o endividamento mundial subiu sistematicamente acima da taxa de crescimento dos países: para cada US\$ 1 a mais em dívida, o **PIB** global aumentou US\$ 0,27 no período, segundo relatório divulgado nesta quarta-feira (18) pelo IIF (Instituto Internacional de Finanças), que reúne 450 bancos em 70 países.

A marca inédita é atingida no momento em que os EUA iniciam um ciclo de aumento das taxas de juros para combater a **inflação**. O movimento deve encarecer e dificultar, para muitos países, o refinanciamento de seus débitos, sobretudo os denominados em dólar, já que a moeda tende a se valorizar com os juros americanos em alta.

Segundo o IIF, a fatia no endividamento global dos países emergentes se aproxima pela primeira vez de US\$ 100 trilhões. Neste ano, eles têm pagamentos combinados equivalentes a US\$ 5,5 trilhões -muitos com parcelas significativas em moeda estrangeira.

Argentina e Chile, por exemplo, têm débitos em dólares e euros (de empresas, bancos e governos) equivalentes, respectivamente, 356% e 62% de seu **PIB**. A Turquia, com 97%, é o emergente mais exposto a turbulências no mercado internacional.

O Brasil aparece em situação confortável, com dívidas em moeda estrangeira equivalentes a 27,5% do **PIB**. A maior parcela (15,4%) refere-se ao endividamento de empresas não financeiras. Bancos respondem por 8,2%, e o governo, por 4% -o que limita bastante o impacto da alta de juros global sobre a dívida pública.

No geral, desde o início da pandemia de Covid-19, em 2020, a dívida global dos governos que adotaram políticas para mitigar seus efeitos aumentou em 14 pontos percentuais (US\$ 17,4 trilhões) -e pode continuar subindo.

Segundo Clay Lowery, vice-presidente do IIF, a atual disparada nos preços de commodities pode forçar muitos países a elevar gastos para evitar distúrbios internos, especialmente se o crescimento econômico

diminuir daqui para a frente -algo esperado pelo efeito do aumento global dos juros.

No Sri Lanka, com 22 milhões de habitantes, o primeiro-ministro, Mahinda Rajapaksa, foi obrigado a renunciar em meio a protestos contra a falta de combustíveis e alimentos; e o país está prestes a declarar default de parte de sua dívida de US\$ 50 bilhões com Índia, China e Japão.

Acompanhando a alta dos juros nos EUA, outros países com problemas inflacionários (como o Brasil) podem ter de subir mais as taxas para conter saídas bruscas de capital em direção a títulos do Tesouro americano -seguros em momentos de incerteza e que estão ficando mais atrativos.

Nos primeiros quatro meses do ano, investidores internacionais se desfizeram de um recorde de US\$ 35 bilhões em títulos denominados em yuans chineses atrás de papéis com rendimentos crescentes nos Estados Unidos.

Segundo o IIF, a tendência de fuga de investidores para mercados mais seguros vem se acentuando e, para evitar movimentos assim, muitos bancos centrais de países também podem subir juros daqui para a frente (para além do combate inflacionário).

"À medida que os bancos centrais seguirem a tendência de elevar os juros, os custos de refinanciamento das dívidas devem aumentar a vulnerabilidade de alguns países", afirma o IIF.

O instituto pondera que, embora o endividamento global tenha ultrapassado os US\$ 300 trilhões, houve uma redução (de 15 pontos percentuais, em relação ao início de 2021) quando se leva em conta o seu volume em relação ao **PIB** global.

Mas isso só ocorreu porque a **inflação** mundial inflou o tamanho das economias, movimento que pode estar com os dias contados por causa dos juros mais altos, da queda no ritmo de aumento de preços e das rupturas provocadas pela Guerra da Ucrânia.

"Os efeitos da guerra devem continuar perturbando a atividade econômica global, e espera-se que o crescimento diminua significativamente neste ano, com implicações negativas para a dinâmica do endividamento global", diz o IIF.

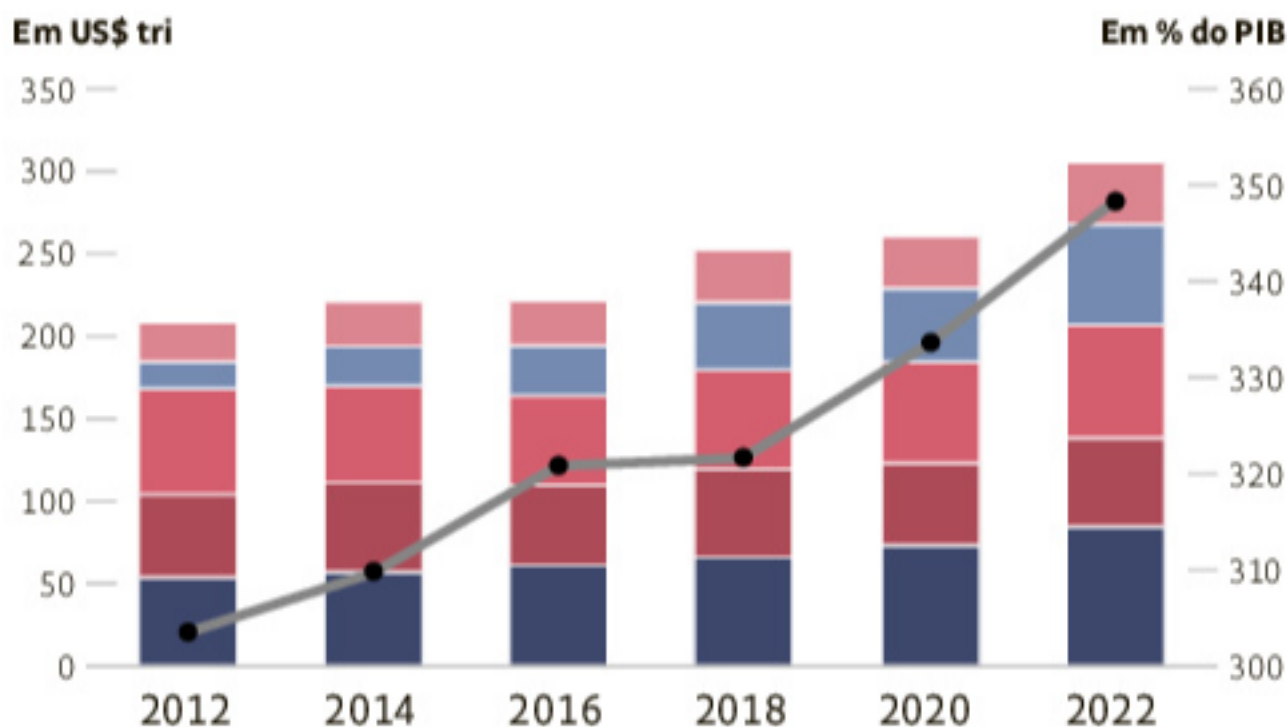
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49916&anchor=6456187&pd=4b972c25a87e50f1ffcca28fd971ddac>

Dívida global atinge US\$ 305,3 trilhões

No 1º tri de cada ano

- EUA
- Zona do euro
- Economias avançadas (exceto EUA)
- China
- Economias emergentes (exceto China)
- Dívida global em relação ao PIB



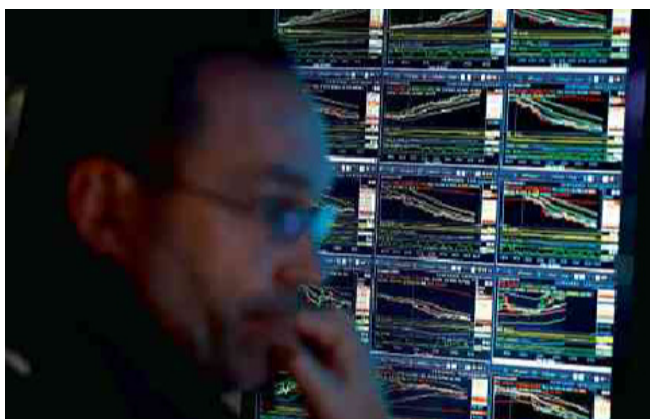
Dívidas por segmentos

Em US\$ tri, 1º tri.2022



Fontes: IIF, BIS, FMI, Haver e governos nacionais

Índice da Bolsa dos EUA tem maior queda em 2 anos, sob temor de inflação e recessão global



O sentimento de maior cautela voltou a dar o tom nos mercados financeiros nesta quarta (18), com queda das Bolsas globais e nos preços das commodities. Riscos relacionados à **inflação** e ao crescimento da atividade econômica em escala global voltaram a pesar no humor dos investidores.

O S P 500 marcou desvalorização de 4,04%, a maior queda diária desde junho de 2020. O Dow Jones cedeu 3,57%, e o Nasdaq, 4,73%.

No Brasil, o Ibovespa encerrou o dia em baixa de 2,34%, aos 106.247 pontos, puxado para baixo pelas ações de commodities e dos grandes bancos. Foi a primeira queda após cinco sessões de alta.

O desempenho ruim mostrou uma mudança de humor dos investidores em relação à véspera, quando o apetite ao risco dominou os mercados em meio às perspectivas de relaxamento nas restrições de mobilidade na China.

A maior aversão ao risco nesta quarta levou o dólar a ganhar força ante o real.

Após ter fechado na véspera com queda de 2,2%, a moeda americana retomou a tendência de alta e fechou nesta quarta cotada a R\$ 4,9840, valorização de 0,87% ante a sessão passada. Na máxima do dia, a moeda chegou a encostar em R\$ 5,001.

O dia foi de fortalecimento da moeda americana em escala global. O DXY, índice que mede a força do dólar ante uma cesta de moedas, avançava 0,54% por

volta das 17h13 o.

O preço do barril de petróleo do tipo Brent marcava baixa de 2,65%, a US\$ 108,99, arrastando junto ações de empresas do setor. Os papéis ordinários da Petrobras recuaram 2,26%, e os preferenciais tiveram perdas de 1,64%.

Também pesou para os preços da commodity a redução nas preocupações de operadores do mercado com uma crise de oferta depois que dados do governo americano mostraram que as refinarias dos EUA aumentaram a produção.

Já a cotação do minério de ferro negociado no mercado chinês também recuou na sessão, contribuindo para a depreciação em torno de 2,5% das ações da Vale.

Analistas dizem que ainda não há um fim no horizonte para os desafios da Covid na China, apesar da melhora da situação em Xangai que apoia o relaxamento das restrições.

O Goldman Sachs reduziu nesta quarta a previsão de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) da China em 2022 para 4%, de 4,5%, como resultado dos danos à economia relacionados à Covid-19 no segundo trimestre.

No setor financeiro, os papéis dos grandes bancos também experimentaram um dia de perdas generalizadas na Bolsa brasileira, com queda de 2,77% do Santander e de 1,86% do Bradesco.

As ações da Eletrobras também fecharam em baixa, de 0,73%, na expectativa da retomada de discussões sobre a privatização da companhia no TCU (Tribunal de Contas da União).

Nos Estados Unidos, as ações da varejista Target despencaram 25%, a maior queda diária desde o crash de 1987, após a empresa afirmar que a alta de custos deve impactar seu lucro anual. A rede Walmart, cujas ações caíram 6,8% nesta quarta, também alegou motivos semelhantes para reduzir sua previsão de ganhos neste ano.

Na visão de Camila Abdelmalack, economista na Veedha Investimentos, o mercado segue refém das notícias sobre a alta de juros nos Estados Unidos e o noticiário sobre a Covid-19 na China.

Preocupações sobre o crescimento econômico e o aumento da **inflação** azedam o humor, agravado pela disparada de 9% nos preços ao consumidor britânico e uma aceleração acima do esperado na alta de preços no Canadá.

A **inflação** britânica atingiu sua taxa anual mais elevada desde 1982, enquanto a **inflação** canadense subiu para 6,8% no mês passado. A **inflação** no Reino Unido é agora a mais alta entre as principais economias, mas os preços estão subindo rapidamente em todo o mundo, forçando bancos centrais a aumentar as taxas de juros apesar do potencial impacto sobre o crescimento, como sugerido por um declínio modesto na construção de casas nos Estados Unidos em abril.

Reflexo da maior cautela dos investidores nos últimos tempos, o saldo de tesouraria das administradoras de fundos internacionais subiu ao seu valor mais alto desde o 11 de Setembro, segundo pesquisa do Bank of America.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49916&anchor=6456187&pd=4b972c25a87e50f1ffcca28fd971ddac>

A democracia tem como se defender (Editorial)



Jair Bolsonaro foi um mau militar, foi um mau deputado federal e é um mau presidente da República. Se as pesquisas de intenção de voto se confirmarem, em breve será também um mau perdedor. A baderna que ele corriqueiramente ameaça incitar se não sair vitorioso do pleito seria uma espécie de ônus com o qual o País haveria de arcar por ter ousado não reeleger o "mito".

Só isso deveria bastar para que qualquer cidadão minimamente cioso do valor das liberdades democráticas, seja qual for a orientação político-ideológica, não confiasse ao atual presidente da República nem mais um voto sequer.

Mas sabemos que a realidade não é assim. Malgrado a tragédia de sua administração em múltiplas áreas, Bolsonaro ainda conta com o apoio de mais brasileiros do que seria merecedor.

Por isso, é extremamente reconfortante observar que as instituições republicanas, a imprensa profissional e independente e muitas organizações da sociedade civil, cada uma a seu jeito e dentro dos limites de sua responsabilidade, têm se erguido contra a sordidez de um presidente que se presta dia e noite a sobressaltar o País com seus fantasmas, em vez de cuidar dos problemas verdadeiros que afligem milhões de brasileiros: a fome, o desemprego, a inflação alta, a crise na educação e na saúde, a destruição do meio

ambiente.

Em primeiro lugar, destacam-se as Forças Armadas entre as instituições que não têm dado sinais de que embarcariam na aventura golpista que Bolsonaro urde há algum tempo. É claro que há militares de diversas patentes, da ativa e da reserva, que apoiam Bolsonaro e, lamentavelmente, dão respaldo às suas imposturas. Mas não houve até o momento a mínima sugestão de oficiais generais com tropas sob seu comando de que estariam dispostos a fazer letra morta da Constituição para defender os interesses particulares do presidente, arruinando os do Brasil.

Os presidentes das duas Casas Legislativas, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e o deputado Arthur Lira (PP-AL), também já se manifestaram publicamente em algumas ocasiões afastando qualquer sinal de anuência do Congresso às más intenções de Bolsonaro, em defesa da Constituição e do sistema eleitoral do País. Em tempos normais, seria ocioso fazê-lo, mas o sinal foi importante.

E não apenas por meio de palavras, mas de ações. Convém lembrar que os parlamentares em boa hora derrubaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do voto impresso, frustrando a montagem de mais essa armadilha de Bolsonaro.

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são outras instituições que funcionam regularmente e têm cumprido suas obrigações constitucionais.

Tanto é assim que o STF e o TSE são os alvos preferenciais de Bolsonaro e sua horda de camisas pardas. Uma a uma, todas as tentativas do presidente de desqualificar o sistema eleitoral brasileiro têm sido combatidas com vigor pelo Poder Judiciário. O TSE, particularmente, tem sido incansável no trabalho de esclarecimento da população sobre a segurança das urnas eletrônicas.

Em número recorde, milhões de jovens de 16 e 17 anos responderam ao chamamento de artistas e do TSE para participar das eleições, um sinal inequívoco de fé da nova geração no futuro do País.

Tome-se até mesmo a Petrobras, tão aviltada por Bolsonaro recentemente.

A empresa tem sido exemplo de resistência profissional aos ataques do presidente. Em discursos pelo País ou em suas lives semanais, Bolsonaro pode berrar o quanto quiser contra a política de preços da Petrobras, mas, ao fim e ao cabo, tem prevalecido o arcabouço jurídico que mantém a sua autonomia administrativa.

Em suma, o clima no País está péssimo, mas poderia estar muito pior caso Bolsonaro tivesse logrado cooptar todas essas forças republicanas em prol de seu desiderato golpista. Mais cedo do que tarde, o presidente verá que derrubar a democracia consagrada pela Carta de 1988 estava muito além de suas forças.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A urgência do auxílio aos mais vulneráveis (Editorial)

Desigualdades sociais históricas, deficiências estruturais que limitam o crescimento, práticas fiscais tradicionalmente frouxas e dívida pública alta e sempre beirando o descontrole, entre outras características, tornam a América Latina uma região particularmente vulnerável às mudanças no cenário internacional provocadas pela retomada da **inflação** em escala mundial e pela guerra na Ucrânia. Já acossados por problemas financeiros, que as necessárias políticas de enfrentamento da pandemia agravaram, e com o encarecimento de sua dívida, especialmente a externa, por causa da alta dos juros, os governos da região precisam fazer mais do que já faziam; em alguns casos devem começar a fazer o que não vinham fazendo.

Velhos problemas podem se agravar e novos devem surgir. Há muitos desafios e muitos riscos.

A alta de commodities exportadas pelos países da região pode trazer-lhes algumas vantagens, mas nem os ganhos gerados pelo comércio exterior serão suficientes para afastar o risco de agravamento do drama social. Altas taxas de pobreza e carência de rede de proteção social em áreas vitais como educação e saúde, além da perda de renda dos mais pobres, impõem aos governos a necessidade de, ao mesmo tempo, enfrentar os riscos econômicos trazidos pelo novo cenário e colocar em prática políticas de proteção para a parcela mais vulnerável da população, que está crescendo na maior parte dos países da região.

"Para assegurar a coesão social e reduzir os riscos de tensão social, os governos devem proporcionar apoio direcionado e temporário às famílias vulneráveis e de baixa renda, permitindo, ao mesmo tempo, o ajuste dos preços internos aos praticados no mercado internacional", recomendam o diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ex-presidente do Banco Central do Brasil, Ilan Goldfajn, e dois outros técnicos do Fundo em artigo publicado no portal da instituição. O título do artigo, A América Latina enfrenta riscos excepcionalmente altos, já deixa óbvia a dimensão dos desafios.

O impacto da invasão da Ucrânia sobre a atividade econômica mundial vem sendo apontado há tempos e inclui a alta do petróleo e derivados, do gás consumido

em larga escala na Europa, de importantes itens do agronegócio como trigo e fertilizantes, além de medidas defensivas tomadas por autoridades monetárias em muitos países para conter o efeito inflacionário das mudanças.

No plano financeiro, as condições para a obtenção de financiamento internacional ficaram mais apertadas e o custo dessas operações está subindo por causa da alta de juros consumada ou prestes a se consumir nos principais mercados. Aumento do custo da dívida externa e fuga de capitais representam desafios para a América Latina neste momento, aponta o estudo do FMI.

O esforço para a retomada do crescimento após a pandemia, que parecia trazer resultados animadores no ano passado, está perdendo impulso. Projeções para o crescimento em 2022 estão sendo revistas para baixo por instituições locais e internacionais.

No plano social, os grupos sociais mais vulneráveis são os mais duramente prejudicados pela alta dos preços dos alimentos básicos e da energia, "enquanto ainda lutam para se recuperar do impacto econômico da pandemia", afirmam Goldfajn e seus parceiros do FMI. A situação era ruim e está piorando.

O papel dos governos nesse quadro, recomendam, é "implementar medidas que protejam os mais vulneráveis".

Entre as medidas, citam a preservação dos gastos públicos em programas sociais, saúde, educação e investimentos.

Medidas tributárias que estimulem a inclusão social e econômica das camadas mais pobres são igualmente recomendáveis.

E tudo isso deve ser feito com a preservação da sustentabilidade fiscal, isto é, sem o aumento do déficit público, justamente num momento em que a desaceleração da economia comprime a receita dos governos. Haverá na região alguns capazes de responder com eficiência a esse desafio. Com certeza não é esse o caso do governo brasileiro.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O barato que sai caro (Editorial)



Com o poder de compra afetado por uma **inflação** de 12,13% até abril, reajustes de 20% nas contas de luz e disparada de quase 50% nos preços de combustíveis, os brasileiros acabam de receber uma esmola do Congresso. Por 53 votos a 16, o Senado aprovou o retorno do despacho gratuito de bagagens na aviação comercial. O texto ainda deve passar novamente pela Câmara, mas a enganosa gratuidade das bagagens já havia recebido aval dos deputados.

O relator, Carlos Viana (PL-MG), havia sido convencido a retirar o despacho gratuito do parecer que foi à votação, mas um destaque de Nelsinho Trad (PSD-MS) recebeu apoio da maioria dos colegas, expondo mais uma gritante falha de articulação política por parte do governo no Senado. O Ministério da Infraestrutura pretende encaminhar uma recomendação para que o dispositivo seja vetado, mas não será surpresa para ninguém se o candidato Jair Bolsonaro não quiser enfrentar este gesto de populismo do Legislativo.

Até 2017, o custo de despacho era diluído no preço das passagens aéreas. Na prática, um passageiro que viajasse portando apenas uma mochila subsidiava aquele que levasse malas pesadas. À época, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) criou um cronograma para que os brasileiros se acostumassem a uma regra em vigor na maioria do mundo, com raras exceções, como Venezuela e Coreia do Norte. Inicialmente avesso à medida, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) reconheceu que a cobrança havia sido precedida de estudos regulatórios

consistentes e de ampla discussão, e tendia a ser favorável ao consumidor - o que é diferente de uma promessa de queda nos preços.

Agora, em mais um atropelo às prerrogativas das agências reguladoras, o Congresso proibiu "práticas abusivas" por parte das empresas aéreas, entre elas a cobrança de qualquer tipo de taxa por um volume de bagagem de até 23 quilos, em voos nacionais, e de até 30 quilos, em internacionais. Se a economia já não era capaz de atrair companhias com modelo de operação low cost - comuns nos Estados Unidos e Europa, com preços agressivos compensados pela cobrança adicional por qualquer extra -, a medida funcionará como uma porteira fechada a esses negócios.

A justificativa suprapartidária para a defesa da proposta mostra que deputados e senadores ignoram um conceito básico sobre o funcionamento da economia: é ilusório acreditar que exista algo gratuito. Assim, os consumidores vão ganhar um verdadeiro presente de grego. Caso o texto não seja vetado, todos terão que pagar mais para que poucos possam desfrutar de um desconto. Com esse incentivo negativo, quem viaja com pequenos volumes se sentirá à vontade para despachar bagagens maiores. Essa atitude resultará em maior consumo de combustível por parte das aeronaves - este sim o verdadeiro motivo para o avanço recente do valor das passagens. A exemplo da gasolina e do diesel, o preço do querosene de aviação é influenciado, sobretudo, pelas cotações de petróleo e pelo dólar, e representa cerca de 40% dos custos das empresas aéreas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo deve manter previsão de crescimento do PIB de 1,5% este ano

LORENNA RODRIGUES

O governo deve manter a previsão de expansão do **PIB** em 2022 em 1,5%, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A avaliação é que o mercado está "convergindo" para este número, depois de ter feito projeções bem abaixo das oficiais. No último relatório Focus, divulgado no início de maio, o mercado previa alta de 1%.

O economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, disse ontem que projeta expansão neste patamar. "Frente a uma projeção de crescimento zero para o **PIB** no começo do ano, acreditamos agora que as expectativas de mercado devam caminhar para 1,5%. Estamos ainda vivendo o efeito da reabertura da economia, com algum impacto da demanda reprimida, mas já tem segmentos em processo de declínio, como automóveis e produtos das linhas brancas e marrom." A nova projeção do governo deve ser anunciada hoje pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia.

Como mostrou o Estadão, a necessidade de bloqueio de recursos do Orçamento para bancar novas despesas (como aumento salarial a servidores federais e subsídio a financiamentos do próximo Plano Safra) já está perto de R\$ 10 bilhões.

Mas esse valor deve ficar ainda maior caso o presidente Jair Bolsonaro opte por conceder um reajuste diferenciado a carreiras da segurança pública federal. Essa possibilidade continua no radar do governo porque o presidente, que vai disputar a reeleição, quer cumprir o prometido com as três carreiras policiais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e agentes penitenciários).

Em março, no último relatório bimestral, o Ministério da Economia anunciou bloqueio de R\$ 1,72 bilhão no Orçamento de 2022. O congelamento das despesas foi necessário para não ultrapassar o limite do teto, já que gastos obrigatórios estavam subestimados e também houve aumento de subsídios com o plano Safra por conta da alta de juros.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação no Reino Unido é de 9%, maior nível desde 1982

A **inflação** britânica subiu no mês passado para sua maior taxa anual desde 1982, pressionando o ministro das Finanças, Rishi Sunak, para intensificar a ajuda às famílias que enfrentam uma crise cada vez mais grave de custo de vida.

A **inflação** anualizada dos preços ao consumidor atingiu 9% em abril, informou ontem a Agência de Estatísticas Nacionais.

O índice supera os picos da recessão do início dos anos 1990, que muitos britânicos lembram devido à taxa de juros altíssima e à inadimplência hipotecária generalizada.

O número está em linha com as estimativas de economistas, que projetavam alta de 9,1%. O patamar representa um salto diante da taxa de 7,0% registrada em março.

O Reino Unido tem agora a maior taxa de **inflação** entre as grandes economias da Europa.

Além disso, é possível também que o número supere o de todos os membros do G7 (o grupo dos sete países mais industrializados do mundo). Canadá e Japão ainda não informaram os números de abril.

A alta das contas de energia elétrica foi a maior responsável para o resultado da **inflação**, refletindo o aumento das tarifas regulamentadas no mês passado. A guerra na Ucrânia pode resultar em novos aumentos.

As famílias estão enfrentando o maior aperto de custo de vida desde que os números passaram a ser registrados, nos anos 1950, de acordo com especialistas britânicos, e a confiança dos consumidores está nos menores níveis de todos os tempos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Apesar de riscos, situação fiscal melhorou, diz IFI

Estevão Taia De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Ação é factóide para jogar suspeição sobre juiz

Análise Maria Cristina Fernandes São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Crise da fome se agrava e exige iniciativa global (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

China e mais altas na gasolina vão levar inflação a 9,2%, diz XP

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Tiros na democracia e no próprio pé (Artigo)

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187220